

## ECONOMIA

# Tesouro aprova a gestão financeira de Salvador

**NOTA A** Salvador teve sua boa saúde financeira novamente atestada no Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O índice, publicado anualmente, analisa se prefeituras podem tomar novos empréstimos sem representar um risco para o Tesouro Nacional.

Dos três indicadores que compõem a Capag, a prefeitura teve nota A – a mais alta – em dois: Endividamento e Índice de Liquidez. Em Poupança Corrente, a gestão municipal teve B. No item Liquidez, Salvador aparece em 4º lugar entre todas as capitais e 1º lugar no Nordeste, à frente de cidades como São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Fortaleza (CE), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ).

**●● Nossa gestão mantém a responsabilidade fiscal sem perder de vista os investimentos para melhorar a qualidade de vida das pessoas**  
**Giovanna Victor**  
Secretária da Fazenda de Salvador

Outros pontos reforçam o bom desempenho de Salvador no relatório. A cidade é, por exemplo, a capital com menor índice de rigidez de despesas (41,7%) e a quarta com menor comprometimento de sua Receita Corrente Líquida (RCL) com a despesa bruta de pessoal, com 43,1%. Ainda conforme a publicação, é a sexta capital com menor comprometimento da RCL para pagamento de juros e amortizações das dívidas, com 2,5% na relação Serviço da Dívida/RCL.

A secretária da Fazenda de Salvador, Giovanna Victor, afirmou que relatório do Tesouro Nacional atesta boa gestão fiscal em Salvador e credencia a capital baiana para tomar novos empréstimos. “Isso é resultado de um firme trabalho de toda cidade nos últimos 10 anos, com responsabilidade e cuidado da prefeitura com o dinheiro

dos contribuintes”, ressaltou. “Nossa gestão mantém a responsabilidade fiscal como meta sem perder de vista os investimentos para melhorar a qualidade de vida das pessoas, em especial nas áreas essenciais, como saúde e educação. Hoje temos dinheiro em caixa, o que nos permite manter os investimentos e, muito mais importante, manter os serviços públicos funcionando e atendendo à população”, acrescentou a secretária.

Giovanna Victor pontua que os financiamentos contratados proporcionaram investimentos em diversas vertentes, como saúde, educação e social, econômico e infraestrutura. Dentre as ações estão as obras do BRT, mergulhão da Tancredo Neves, requalificação viária do Bom Juá, hospitais Municipal e Veterinário, Casa da Música, Arquivo Público, Mané Dendê, entre outros.

## INDICADORES

## CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,2824	R\$ 5,2829
Dólar Turismo	R\$ 5,3800	R\$ 5,4790
Euro turismo	R\$ 5,6500	R\$ 5,7360

## BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Ibovespa	109.40141	-2,25%

## POUPANÇA

06/12/2022	0,6516 %
------------	----------

## SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.212,00

## INFLAÇÃO

	Outubro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,59%	4,70%	6,47%
INPC/IBGE	0,47%	4,81%	6,46%
IGP-M/FGV	-0,97%	5,58%	6,52%

## ASSÉDIO

# 23 %

das pessoas empregadas em todo o mundo já sofreram algum tipo de violência e assédio no local de trabalho, seja físico, psicológico ou sexual, segundo pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

## RECEITA OFERECE SALÁRIO DE R\$ 21 MIL

**CONCURSO** Foi publicado na manhã de ontem no Diário Oficial da União o edital para o concurso da Receita Federal. Para o cargo de auditor fiscal, o salário pode chegar até R\$ 21 mil, já para analista tributário, pode chegar a R\$ 11,6 mil. São 699 vagas – 230 para auditor e 469 para analista – e os interessados podem se inscrever do dia 12 de dezembro de 2022 até 19 de janeiro de 2023. As provas deverão ser realizadas em 19 de março de 2023 em todas as capitais do país.

## TRANSPORTE DE MOEDA TEM NOVO LIMITE

**VIAGENS** A Lei de Câmbio e Capitais Internacionais (Lei nº 14.286/2021), foi atualizada e o novo limite de entrada e saída de dinheiro em espécie, sem declaração, passa de R\$ 10 mil para US\$ 10 mil (cerca de R\$ 52.382) ou o equivalente em outra moeda. A nova legislação entra em vigor no próximo dia 30, um ano após a sua publicação. Caso o viajante esteja com valor acima desse teto, deve fazer a Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes (e-DVB) no site da Receita Federal.



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

## STF deve rejeitar orçamento secreto

O orçamento secreto deve ser considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Essa é a avaliação que eu ouvi na Corte. E essa convicção vem do fato de que ele fere o “o princípio da transparência em relação à administração pública que está no artigo 37 da Constituição”. Mas será uma corrida contra o tempo. A ministra Rosa Weber pautou o julgamento da ADPF que ela relata para amanhã, quarta-feira. Não é o primeiro assunto da pauta e na quinta-feira, 8, é dia da Justiça. Na semana que vem, haverá sessão nos dias 14 e 15. No dia 19, começa o recesso do Judiciário. Na visão da fonte que eu ouvi, o tema “não é mais um assunto político, é assunto jurídico”.

Todos os olhares do novo governo estarão sobre o STF porque esta é a questão do momento. Se o uso das verbas públicas através dessas emendas do relator for considerado inconstitucional, resolve-se o mais espinhoso dilema político do novo governo, mas na Suprema Corte há quem tema que a sua derrubada crie novo conflito do Judiciário com a Câmara e o Sena-

do. “Mais uma vez empurram para o STF algo que seria da competência do Legislativo”, me disse uma fonte do tribunal. Porém, explica um ministro, depois que a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) foi proposta, o STF tem que julgar. “A Constituição determina que o Supremo dê uma resposta”, disse esse integrante da Corte.

O Orçamento Público é o pilar da democracia. Através dele, o país decide como o dinheiro recolhido aos cofres públicos será distribuído entre as várias ações governamentais. Tem que ser transparente. Isso é mandamento constitucional. Todos os esforços para que as pessoas no Brasil tivessem mais acesso às informações do Orçamento foram passos que fortaleceram a democracia. Parcelas do dinheiro

coletivo só podem ser entregues a parlamentares, para que eles destinem os recursos aos seus redutos, se essa distribuição for pessoal e igualitária. Nada disso existe no orçamento secreto. A repartição é feita de forma opaca, desigual e discriminatória.

Essas emendas assumiram uma proporção enorme nos últimos anos. São R\$ 19 bilhões no Orçamento de 2023. Dão ao relator, e aos presidentes das duas Casas, o poder de ordenar despesas nos ministérios. Durante a campanha, o presidente Lula as definiu como usurpação de poder.

Em entrevista ao GLOBO no domingo, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, o defendeu. “Primeiro vamos aqui ser justos: não é secreto. Hoje ele é público e as pessoas sabem para onde vão os recursos”. “Não”, disseram os jornalistas

Jan Niklas e Thiago Prado. E fizeram muito bem quando discordaram do entrevistado, explicando que existe até a figura do “usuário externo”, mecanismo que burla a transparência e coloca nomes de pessoas estranhas à representação política, ou ao setor público, ordenando despesas no Orçamento.

No artigo de sábado, o colunista deste jornal Pablo Ortellado definiu orçamento secreto como “um dos mais danosos legados institucionais do bolsionarismo”. E faz um histórico importante dessa figura tortuosa que se tornou a forma oficial de compra de apoio político por Bolsonaro. Bolsonaro costuma dizer que o veto. Porém, foi sua base que manteve o instrumento para a alegria do presidente, que assim conseguiu manter o Congresso na coleira.

O jornalista Breno Pires, na época no “Estado de S. Paulo”, fez a primeira de uma série de reportagens que revelaram o esquema. Depois, na “Piauí”, ele mostrou como o dinheiro alimentava um sistema pulverizado de corrupção, usando suposta prestação de serviços de saúde. Um dos casos que ficou notório foi o de uma cidade que declarou mais extração de dentes do que havia na boca de seus habitantes. Em artigo publicado na semana passada na “Folha de S. Paulo”, o colunista e professor Conrado Hubner escreveu que “essa potente turbina da corrupção bolsionista foi costurada pelo general Luiz Eduardo Ramos e Arthur Lira. A relação entre Executivo e Legislativo foi redefinida por mecanismo puramente ilícito”.

Pelas contas feitas por um magistrado, pelo menos seis votos contra o orçamento secreto estão garantidos. E os dois ministros nomeados por Bolsonaro podem não ter motivos para votar a favor nestes últimos dias de Pompeia. O que precisa nortear o STF é a defesa da Constituição. Esse é o papel da Corte. Será difícil o julgamento terminar nesta quarta, mas precisa encerrar antes do recesso.